

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO S.A
SPCINE
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO - SPCINE

ÍNDICE

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

NOTAS EXPLICATIVAS SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



Avenida Coronel Xavier de Toledo, nº 264 - 9º andar - Conjunto 92
República - São Paulo - SP - CEP 01048-000.

Telefone: 11 2476 - 0398

contato@spsauditores.com.br | www.spsauditores.com.br |

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Diretores

Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. – SPCINE.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da “**Empresa de Cinema e audiovisual de São Paulo S.A. – SPCINE**” que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo um resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da “**Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A. – SPCINE.**” em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sem ressalva

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à empresa de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no código de ética profissional e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Os valores correspondentes as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentados para fins de comparabilidade, foram por nós examinados, cujo relatório datado de 10 de abril de 2025, não continha ressalva.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa

opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos e circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da

Companhia. Se concluirmos que existe incerteza significativa, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis inclusive as divulgações e se essas demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2026.

SPS AUDITORES INDEPENDETES
CRC: SP-042241/O-9

SIMONE PRISCILA DA SILVA FERREIRA
CONTADORA
CRC: 1SP231313/O-0
CNAI nº 4352

SPS AUDITORES
INDEPENDENTES:3848104
3000109

Assinado de forma digital por SPS
AUDITORES
INDEPENDENTES:38481043000109
Dados: 2026.03.26 09:58:49 -03'00'



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.
Balanço Patrimonial
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)



Balanço Patrimonial	Notas	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Ativo Circulante			
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	73.451.342	90.802.219
Contas a receber de clientes	6	179.007	56.488
Impostos a recuperar / Outros créditos	7	6.425.002	4.703.654
Total do Ativo Circulante		<u>80.055.351</u>	<u>95.562.361</u>
Ativo Não-Circulante			
Realizável a Longo Prazo			
Depósito e Caução		34.200	24.000
Investimentos em Produções Audiovisuais	8	1.601.820	1.601.820
Imobilizado	9	371.427	1.011.547
Intangível	9	0	0
Total do Ativo Não Circulante		<u>2.007.447</u>	<u>2.637.367</u>
Total do Ativo		<u>82.062.798</u>	<u>98.199.728</u>
	Notas	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Passivo Circulante			
FORNECEDORES		532.120	627.653
IMPOSTOS E CONTRIBUICOES A PAGAR	10	1.164.991	2.008.931
OBRIGACOES TRABALHISTA E PREVIDENCIARIA	10	749.193	1.067.873
OUTRAS OBRIGACOES C/TERCEIROS	11	61.622.853	76.126.824
Total do Passivo Circulante		<u>64.069.157</u>	<u>79.831.282</u>
Patrimônio Líquido			
Capital Social	12	28.100.000	28.100.000
Prejuízos Acumulados		-10.106.359	-9.731.554
Total do Passivo Não Circulante		<u>17.993.641</u>	<u>18.368.446</u>
Total do Passivo		<u>82.062.798</u>	<u>98.199.728</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

EMPRESA DE CINEMA E AUDIOVISUAL DE SÃO PAULO – SPCINE | CNPJ 21.278.214/0001-02
Rua Líbero Badaró nº 293, conjunto 22 B, CEP. 01009-907 – Centro Histórico, São Paulo – SP.

Contato: (11) 3117-3100 | contato@spcine.com.br



Notas explicativas às demonstrações contábeis.
Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.
Demonstrações de Resultados
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)



<u>Demonstração de Resultados</u>	Notas	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Receita Operacional Líquida	13	7.743.153	8.745.179
Lucro Bruto		7.743.153	8.745.179
Despesas Gerais e Administrativas	14	-11.343.878	-11.730.493
Recuperação de Despesas Administrativas	17	199.955	3.955.907
Resultado Antes das Receitas e Despesas Financeiras		<u>-3.400.770</u>	<u>970.593</u>
Resultado Financeiros Líquido	15	3.036.672	4.674.720
Resultados não Operacionais	16	0	-28.613
Lucro Antes do Imposto de Renda		<u>-364.097</u>	<u>5.616.700</u>
Imp. Renda P. Jurídica / Contr. S/ Lucro Líquido		<u>0</u>	<u>-393.268</u>
Lucro Líquido do Exercício		<u>-364.097</u>	<u>5.223.432</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Notas explicativas às demonstrações contábeis.
Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)



<u>Demonstrações de Resultado Abrangentes</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Lucro / (Prejuízo) Líquido do período	-364.097	5.223.432
Outros valores abrangentes	0	0
Resultado Abrangentes do exercício	<u>-364.097</u>	<u>5.223.432</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Notas explicativas às demonstrações contábeis.
Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.
Demonstração da Mutação do Patrim nio Líquido
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)



<u>Demonstração de Mutação do Patrim�nio Líquido</u>	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total Patrim�nio Líquido
	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total Patrim�nio Líquido
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	28.100.000	-9.731.553	18.368.447
Ajustes de Exercícios Anteriores	0	-10.709	-10.709
Resultado do Exercício	0	-364.097	-364.097
Saldo final em 31 de dezembro de 2025	28.100.000	-10.106.359	17.993.641

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Notas explicativas às demonstrações contábeis.
Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.
Demonstrações do Fluxo de Caixa
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em reais)



	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro Líquido do Exercício	-364.097	5.223.432
Ajuste para Conciliar o Resultado às Disponibilidades pelas Atividades Operacionais		
Depreciação/Amortização	643.883	655.628
Ajustes de Exercícios Anteriores	-10.709	0
Sub-total	<u>269.077</u>	<u>5.879.060</u>
Redução / (Aumento) dos Ativos Operacionais		
Clientes	-122.519	-24.064
Impostos a Recuperar	-1.668.907	-1.130.889
Outras Contas a Receber	-62.640	0
Aumento / (Redução) dos Passivos Operacionais		
Fornecedores	-95.533	489.917
Obrigações Tributárias	-843.940	-487.311
Obrigações Trabalhistas	-318.680	-497.289
Dividendos a Pagar	0	0
Outras Obrigações	0	0
Obrigações com Terceiros	-14.503.971	1.269.365
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades Operacionais	<u>-17.347.114</u>	<u>5.498.788</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Acréscimo de Imobilizado	-3.763	0
Acréscimo de Intangível	0	0
Investimentos	0	28.613
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Investimentos	<u>-3.763</u>	<u>28.613</u>
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos		
Empréstimos e Financiamento	0	0
Aporte de Capital	0	0
Dividendos a pagar	0	0
Caixa Líquido Aplicado nas Atividades de Financiamento	<u>0</u>	<u>0</u>
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes	<u>-17.350.877</u>	<u>5.527.402</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

1. Contexto operacional

A Empresa de Cinema de Audiovisual de São Paulo. (“Sociedade” ou “SPCINE”), localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Libero Badaró, 293, 22º andar – Cj.22-B, no Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 21.278.214/0001-02, é uma Sociedade Anônima de Economia Mista, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura. A Sociedade tem como objeto principal promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural artístico, tecnológico e científico sobre a atividade cinematográfica e audiovisual do município de São Paulo. Para maiores informações, por favor visite o site www.spcine.com.br.

2. Apresentação da demonstração contábeis, e resumo das principais práticas contábeis

2.1. Base de apresentação e elaboração das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Sociedade, que compreende o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, e das mutações do patrimônio líquido, para os exercícios findos naquelas datas, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas, foram autorizadas pela Diretoria para emissão e divulgação.

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e de acordo com a norma internacional de contabilidade adotadas no Brasil e também emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), sendo apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros, mensurado pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado nas contraprestações pagas em troca de ativos e os passivos são registrados pelos valores dos recursos que foram recebidos em troca da obrigação ou, em algumas circunstâncias, pelos valores em caixa ou equivalentes de caixa, os quais serão necessários para liquidar o passivo no curso normal das operações. Já o valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes reconhecedoras, dispostas a isso.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em reais, moeda funcional da Sociedade, exceto quando indicado de outra forma.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.
Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

2.2. Resumo das principais práticas contábeis

2.2.1 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são reconhecidos a partir da data em que ela se torna parte das disposições contratuais de tais instrumentos financeiros e incluem, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber, fornecedores. Os ativos e passivos financeiros da Sociedade são inicialmente registrados pelo valor justo.

2.2.1.1. *Ativos financeiros*

A Sociedade classifica os seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, recebíveis e disponíveis para venda.

A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

2.2.1.2. *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado*

Na data em que a transação é realizada, a Sociedade classifica um ativo financeiro como valor justo por meio do resultado se, e somente se, houver a intenção de: I) negociação do título no curto prazo, II) se ele for um derivativo, ou III) se a mensuração a valor justo diminui ou elimina alguma inconsistência de mensuração (*fair value option*) de acordo com a gestão da Sociedade.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, quando aplicável, são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado, enquanto os custos da transação são considerados despesa no momento que ocorrem.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.
Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

2.2.1.3. Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo.

Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivo (“taxa de juros efetiva”), diminuídos de perda por redução ao valor recuperável, quando for o caso.

Em 31 de dezembro de 2025, os recebíveis da Sociedade compreendem, substancialmente em caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de clientes.

2.2.1.4. Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são representados por instrumentos financeiros não derivativos, que não foram classificados em nenhuma das categorias mencionadas anteriormente. Os instrumentos financeiros disponíveis para venda são mantidos por um período indefinido, podendo ser alienados a qualquer momento para atender às necessidades operacionais e de liquidez da Sociedade.

Os juros dos títulos disponíveis para venda são calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros e reconhecidos no resultado, do exercício correspondente, como receitas financeiras, enquanto a parcela referente ao ajuste do valor justo é registrada no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes, líquido dos efeitos tributários.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, esses ativos financeiros compreendem, substancialmente em caixa equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.
Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

2.2.1.5. Redução ao valor recuperável de ativos

Nas datas de cada encerramento das demonstrações contábeis, a Administração avalia se há ou não a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, considerando, quando aplicável, evidências objetivas de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Os critérios que a Sociedade utiliza para determinar se há evidências objetivas de uma perda por *impairment* incluem, principalmente:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou da contraparte;
- Violação de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou principal; e
- Probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira;

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, a avaliação é realizada coletivamente, mesmo se os títulos, individualmente, não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável.

Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos incluem, sobretudo, a experiência histórica de recebimentos em atraso, condição econômica dos clientes ou do grupo que integram, bem como mudanças observáveis nas condições macroeconômicas.

2.2.1.6. Baixa de ativos financeiros

A Sociedade baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para um terceiro.

2.2.1.7. Classificação e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A Sociedade determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Sociedade incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar e



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

foram todos classificados como contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

Após reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Sociedade considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2.3. Títulos e valores mobiliários

Os fundos de investimentos estão classificados na categoria “Valor justo por meio do resultado”.

São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado do exercício, e ajustados a valor de mercado.

Contas a receber

As receitas da SPCINE são geradas pela prestação de contas sobre os investimentos e participações nas atividades cinematográficas. Na data do faturamento, o registro contábil é feito debitando contas a receber e creditando receita.

A Sociedade não possui valores cuja expectativa de realização futura seja baixa ou nula, desta forma não possui registrados de crédito de liquidação duvidosa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

2.2.4. Imobilizado

O imobilizado é contabilizado ao custo, que inclui todos os gastos incorridos na aquisição ou elaboração dos ativos, reduzido de depreciação. A depreciação é apurada e reconhecida pelo método linear, de acordo com a vida útil econômica estimada e valor residual projetado de cada item.

A Sociedade revisa ao menos anualmente suas estimativas de vida útil dos seus



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

ativos e, caso observe mudanças significativas nas estimativas, reconhece os efeitos dessas mudanças no resultado de forma prospectiva.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

2.2.5. Apuração de resultado

O resultado das operações da Sociedade (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A Administração da Sociedade adota como política contábil de apresentação dos custos dos serviços prestados em conjuntos com as despesas, por não gerenciar a Sociedade com base no lucro bruto.

2.2.6. Reconhecimento de receita

As receitas são reconhecidas de acordo com o regime de competência. As receitas de prestação de serviços e de bilheteria são reconhecidas no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos serviços são transferidos ao contratante ou usuário.

Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Sociedade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Sociedade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.7. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Subsequentemente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

2.2.8. Imposto de renda e contribuição social

a) Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - corrente

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor no Brasil na data do balanço.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000,00 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30%.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

2.2.9. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: (I) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; (II) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (III) Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Sociedade questionou a inconstitucionalidade de tributos.

2.2.10. Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível (alocado) aos quotistas pelo número médio ponderado de quotas em circulação durante o exercício.

Não há instrumentos patrimoniais com efeito potencial de diluição do lucro disponível aos acionistas. Portanto, o lucro diluído por quota não apresenta



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)
diferenças em relação ao lucro básico por ação.

2.2.11. Demonstração do fluxo de caixa

A SPCINE apresenta os fluxos de caixa das atividades operacionais usando o método indireto, segundo o qual o lucro líquido ou o prejuízo é ajustado pelos efeitos de transações que não envolvem caixa, pelos efeitos de quaisquer diferimentos ou apropriações por competência sobre recebimentos de caixa ou pagamentos em caixa operacionais passados ou futuros e pelos efeitos de itens de receita ou despesa associados com fluxos de caixa das atividades de investimento ou de financiamento.

De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido advindo das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de: I) variações ocorridas no exercício nas contas operacionais a receber e a pagar; II) itens que não afetam o caixa, tais como depreciação, provisões, tributos diferidos, ganhos e perdas cambiais não realizados e resultado de equivalência patrimonial, quando aplicável; e III) todos os outros itens tratados como fluxos de caixa advindos das atividades de investimento e de financiamento.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(I) Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da Sociedade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como a divulgação de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem principalmente: provisões para créditos de liquidação duvidosa ou cancelamentos, restituição de comissões ou para redução ao valor recuperável de ativo, quando aplicável, além da provisão para demandas judiciais.

(II) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, que podem resultar em valores diferentes quando da liquidação, são discutidas a seguir:

a) *Provisão para créditos de liquidação duvidosa*

Uma provisão é registrada em uma quantia considerada suficiente para cobrir as perdas estimadas decorrentes de cobranças de créditos a receber. Para reduzir o risco de crédito, a Sociedade adota como prática a análise sobre a realização futura do ativo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

b) *Perda por redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”)*

A Administração revisa anualmente e/ou quando ocorre algum evento específico o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas são lançadas ao resultado do exercício quando identificadas.

Em 31 de dezembro de 2025, com base na avaliação da Administração, não foram identificadas evidências de *impairment*, portanto, não houve o reconhecimento de provisão.

c) *Provisões para demandas judiciais*

A Sociedade reconhece provisão para causas tributárias, trabalhistas e cíveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(III) Impostos

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal, e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

4. Mudanças das principais políticas contábeis

4.1 . CPC 06 – Arrendamento (IFRS 16 – Leases)

CPC 06(R2) – Operações de Arrendamento Mercantil (IFRS 16)

O CPC 06 (R2) entrou em vigor para períodos anuais iniciando em/ou após 01 de janeiro de 2019, substituindo o CPC 06 (R1) – Operações de Arrendamento Mercantil (IAS 17) e correspondentes interpretações, e, em essência, dispõe que todo contrato de arrendamento mercantil, seja ele considerado operacional ou financeiro, deve ser contabilizado reconhecendo ativos e passivos envolvidos, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes.

Na data de início de um contrato de arrendamento, o arrendatário reconhecerá um passivo relativo aos pagamentos de arrendamento (isto é, um passivo de arrendamento) e um ativo que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo de arrendamento (ou seja, o ativo de direito de uso). Os arrendatários serão obrigados a reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso. Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário irá reconhecer o valor da revisão do passivo de arrendamento como um ajuste do ativo de direito de uso.

O arrendatário pode optar pela adoção da norma utilizando a abordagem retrospectiva completa ou uma abordagem retrospectiva modificada. As provisões transitórias da norma permitem determinadas isenções.

A Sociedade avaliou os contratos de arrendamento e entende que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não possui contratos que se enquadram na Norma.

4.2 . ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro (IFRIC 23 - Uncertainty over Income Tax Treatments)

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a administração da SPCINE, avaliou o ICPC 22, e não identificaram indícios de possíveis questionamentos e incertezas sobre os tributos incidentes em seus lucros que podem ser feitos pela Receita Federal, sobre o tratamento realizado pela Sociedade sobre o tratamento sobre o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

5. Caixa e Equivalentes de Caixa

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Fundo de Investimento - Banco do Brasil	73.435.166	90.786.994
Banco conta movimento/Outros	16.176	15.225
Total	<u>73.451.342</u>	<u>90.802.219</u>

A Sociedade considera como equivalentes de caixa um fundo de investimento de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, a contar da data da contratação.

Todos os fundos de investimentos, independentemente de sua categoria, podem ser resgatados sem perda de rendimentos, sem restrição e de forma imediata. Os fundos de investimentos são abertos por processos/repasses realizados pela Secretária Municipal de Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR), Secretaria Estadual de Cultura (SECEC) e Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI).

6. Contas a receber de clientes

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Clientes Nacionais	179.007	56.488
Total do contas a receber	<u>179.007</u>	<u>56.488</u>

Os valores a receber de clientes nacionais estão relacionados principalmente a prestação de serviços a receber de empresas vinculadas à produção de artes cinematográficas, cujo prazo para pagamento não é superior a 30 dias.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.
Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

7. Impostos a recuperar / Outros créditos

	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
IRRF sobre Aplicações Financeiras	5.911.730	4.242.879
Outros impostos	23.571	23.514
Perdcomp	433.036	433.036
Adiantamentos	56.665	4.225
Total de impostos a recuperar	<u>6.425.002</u>	<u>4.703.654</u>

Os impostos a recuperar estão principalmente vinculados à Imposto de renda retido na fonte sobre as operações financeiras com os fundos de investimentos, podendo ser recuperado através de PERD/COMP na compensação de impostos.

8. Investimentos em produções audiovisuais

Investimentos	Investiment os Inicial	Data do Investimento	<u>2.025</u>	<u>2.024</u>
Produção Cinematográfica - "A Terapia"	500.000	02/12/2015	315.797	315.797
Invest. Cinematográfico - "O Menino e o Mundo"	299.669	23/02/2016	286.023	286.023
Produção Cinematográfica - "Malasartes"	500.000	25/07/2016	500.000	500.000
Produção Cinematográfica - "Depois dos 40"	500.000	27/10/2016	500.000	500.000
Total de Investimentos Prod. Audiovisuais			<u>1.601.820</u>	<u>1.601.820</u>

A Sociedade realiza investimentos em produções audiovisuais, onde aporta recursos próprios para produção, coprodução e distribuição de filmes de longas metragens. A sociedade entende que até o período de sete (07) anos após o lançamento da produção os valores investidos serão retornados. A Data de investimento não está associada a data de lançamento do filme.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.
Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

9. Imobilizado e intangível

	2.025	2.024
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	179.920	179.920
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	179.920	179.920
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	7.494.020	7.490.258
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	7.494.020	7.490.258
(-) DEPRECIAÇÕES, AMORT. E EXAUS. ACUMUL	-7.302.513	-6.658.631
(-) DEPRECIAÇÕES DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	-143.338	-125.346
6 (-) DEPRECIAÇÕES DE MÁQUINAS, EQUIP. FER	-7.159.175	-6.533.285
INTANGÍVEL	-0	0
MARCAS, DIREITOS E PATENTES	0	0
Softwares	26.177	26.177
(-) Amortização de Softwares	-26.177	-26.177
IMOBILIZADO	<u>371.427</u>	<u>1.011.547</u>

O Imobilizado e intangível em 31 de dezembro de 2025, é composto por bens que contribuem para a realização do objeto social da Sociedade.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.
Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

10. Obrigações tributárias e trabalhistas

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	2.025	2.024
FÉRIAS A PAGAR	14.725	28.975
PROVISÃO DE FÉRIAS E 13º SALÁRIO	484.246	734.036
INSS E OUTROS	208.163	237.462
FGTS	42.059	67.400
TOTAL A RECOLHER	<u>749.193</u>	<u>1.067.873</u>
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER	2.025	2.024
IRRF SOBRE FOLHA DE PAGAMENTO	147.582	157.543
ISS A RECOLHER	41.647	47.514
PIS/ COFINS A RECOLHER	70.427	117.274
OUTROS	39.081	52.914
IRPJ - CSLL A RECOLHER	258.497	798.676
PARCELAMENTO RFB	607.757	835.010
TOTAL A RECOLHER	<u>1.164.991</u>	<u>2.008.931</u>
TOTAL DE OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E TRABALHISTAS	<u>1.914.184</u>	<u>3.076.804</u>

i. Remuneração de pessoal-chave da Administração

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a remuneração do pessoal-chave da Administração da Sociedade, que contempla a equipe e Direção da empresa, totalizou R\$ 9.379.530,02, registrados no grupo de despesas gerais e administrativas. A Sociedade não possui outro tipo de remuneração, tais como benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou benefícios de rescisão de contrato de trabalho.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.
Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

11. Obrigações com terceiros

As obrigações com terceiros referem-se à parceria firmada entre a Sociedade e a Prefeitura Municipal de São Paulo, através da Secretaria Municipal da Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR), Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI) e Secretaria Estadual de Cultura (SECEC). Esta parceria tem por objetivo estabelecer a colaboração das partícipes, mediante a comunhão de esforços e recursos, para a efetivação de atividades ligadas a apoio e fomento à atividade audiovisual, especificamente a realização de editais públicos, a serem lançados e geridos pela Sociedade, para a seleção de projetos audiovisual que recebem aporte de recursos financeiros oriundos desta parceria.

OUTRAS OBRIGAÇÕES	2.025	2.024
REPASSE - SMC 2015 - 18253-2	0	5.093
REPASSE - SMC 2017 - 18814-X	249.378	554.156
REPASSE - SMT 2017 - 18311-3	0	313.096
REPASSE - SMC 2018 - 18313-X	0	110
REPASSE - SMC 2019 - 19320-8	78.625	0
REPASSE - SMC 2020 - 19757-2	23.873	667.489
REPASSE - S.E.C. - 20504-4(Cash Rebate Estado)	12.904.930	13.983.129
REPASSE - SMRI - 20526-5	0	2.978
REPASSE - SMC - 20529-X	3.769.243	6.482.474
REPASSE - SMC - 20530-3	3.642.958	3.508.255
REPASSE - SMC - 20611-3(Cash Rebate Município)	22.757.133	25.633.823
REPASSE - SMTUR - 20714-4	0	104.450
REPASSE - OEI - 20715-2	2.788	2.788
REPASSE - SMC - 20906-6	0	1.224.574
REPASSE - SMTUR - 19987-7	0	12.021
REPASSE - SMC - 21380-2	5.571.389	9.522.652
REPASSE - SMC - 21814-6	0	7.400.000
REPASSE - SMC - 22128-7	3.606.822	0
REPASSE - SMTUR - 22592-4	2.456.763	0



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

SUBTOTAL DE OBRIGAÇÕES	55.063.902	69.417.088
RECEITAS A REALIZAR	5.904.843	6.692.921
OUTROS	654.108	16.815
TOTAL DE OBRIGAÇÕES	61.622.853	76.126.824

Segregamos a receita da Spcine dentro dos contratos firmados com os órgãos municipais, estaduais e outros entes com intuito de informar a receita futura da empresa a ser faturada, deixando assim transparente os valores envolvidos e mostrando que temos condições de busca a nossa independência a partir de 2.027.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social:

A composição do capital social da Empresa de Cinema e Audiovisual de São Paulo S.A., totalmente subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 28.100.000,00 (vinte e oito milhões e cem mil reais) divididos em 28.100.000 ações, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.

13. Receitas líquidas

	2.025	2.024
Receitas de serviços prestados	8.662.286	9.791.287
Receita de bilheteria	57.946	64.890
(-) Tributos sobre serviços prestados	-977.079	-1.110.998
	7.743.153	8.745.179



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

14. Receitas de Subvenção

	2.025	2.024
Receita de Subvenção	0	0
	<u>0</u>	0

Em 2025, não necessitamos de valores relativos à subvenção da Prefeitura Municipal de São Paulo, para quitação de vencimentos mensais relativos a despesas com pessoal, fruto de uma convergência de fatores que não necessariamente se repetirão em outros anos e que levam a conclusão da importância de assegurarmos valores significativos para política de audiovisual dos CAM'S da SMC. O conjunto de fatores citados acima são a recomposição das despesas da equipe LPG em torno de R\$ 2,4 Milhões, Clientes Externos R\$ 3,1 Milhões, (Film Commission, Retorno de Editais, e Contratos com SMTUR e SMPED) e Taxa de administração dos CAM'S SMC/SME além do R\$ 1,5 Milhão advindo do Arranjo Regional.

15. Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas estão compostas por gastos com: despesas com pessoal (salário, férias, rescisões e encargos sociais), administrativas, material de consumo, depreciação/amortização, serviços de terceiros e despesas tributárias assim demonstradas:

	2.025	2.024
Despesas com pessoal	-9.379.530	-10.036.958
Aluguéis e Arrendamentos	-117.045	-111.598
Depreciação e Amortização	-584.855	-586.817
Despesas Gerais	-1.256.281	-995.120
	<u>-11.337.711</u>	<u>-11.730.493</u>

16. Resultado financeiro líquido

O saldo de rendimento sobre aplicação financeira está líquido dos impostos (Pis e Cofins).

Os valores recebidos da Secretária Municipal da Cultura (SMC), Secretaria Municipal de Turismo (SMTUR), Secretaria Municipal de Relações Internacionais (SMRI). Organização dos Estados Ibero-americanos e Secretaria Estadual de Cultura e Economia Criativa (SECEC) através dos contratos e convênios são aplicados em fundos de investimentos e seus rendimentos reconhecidos no resultado da Sociedade. Por meio de uma conta redutora da



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

Receita Financeira, a Sociedade demonstra que está utilizando estes rendimentos para a realização do objeto dos contratos e convênios firmados.

	2.025	2.024
Receitas Financeiras		
Rendimento de Aplicações Financeiros	7.950.928	6.303.311
Variação Cambial Ativa	510	
(-) Rendimento utilizado nos contratos SMC e outros	-4.914.766	-1.615.905
	<u>3.036.672</u>	<u>4.687.406</u>
	2.025	2.024
Despesas Financeiras		
Despesas Financeiras	-6.167	-12.686
	<u>-6.167</u>	<u>-12.686</u>
Resultados Financeiro Líquido	<u>3.030.505</u>	<u>4.674.720</u>

17. Recuperação de Despesas

Devido a natureza de contratos assinados com entes municipais e estaduais a empresa efetuou a recuperação de despesas com pessoal no montante de R\$ 199.955,28, gerando assim redução nas despesas de pessoal acima apresentadas.

18. Instrumentos financeiros

A administração dos instrumentos financeiros ativos da Sociedade é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas de juros contratadas *versus* as vigentes no mercado. A Sociedade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

As atividades da Sociedade a expõe a alguns riscos financeiros. A gestão de risco busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade. A gestão de risco é realizada e regularmente monitorada pela Sociedade, a qual busca identificar e avaliar os principais riscos para proteger a Sociedade contra eventuais perdas financeiras.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

19. Seguros

A Sociedade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguro, a qual foi determinada pela Administração e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

20. Provisão para contingência conforme CPC25

A Sociedade após análise do Departamento Jurídico qualificou como risco possível no montante de R\$ 26.256,48 de valor nominal, mais R\$ 1.025.000,00 de multa, Processo nº 1041947- 91.2019.8.26.0053, trata-se de ação de execução de Termo de Ajustamento de Conduta formalizado com o Ministério Público de São Paulo para a realização de concurso de pessoal pela empresa e a substituição progressiva e gradual de parte dos funcionários contratados diretamente por empregados públicos concursados.

Classificado como risco possível, Processo nº 1084792-65.2024.8.26.0053 na 16ª Vara Da Fazenda Pública do Foro Central da Comarca de São Paulo/SP, trata-se de um Mandado de Segurança impetrado por Ricardo Targino Campos, questionando sua não contemplação do projeto que faz parte, no valor de R\$ 2.000.000,00 no EDITAL Nº 01/2023/LPG-SPCINE. Em 1ª instância a sentença foi desfavorável a Spcine (outubro/2025).

Classificado como risco possível ainda, Processo 1000047-77.2026.5.02.0029 - Hilda Santos da Paixão Normandia. Empregada de empresa de terceirização FOXX SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA que prestava serviços de limpeza a Spcine. Como houve à revelia da FOXX nos autos, na sentença fomos condenados subsidiariamente. O processo está em fase de recurso ordinário onde já efetuamos o depósito nos recursos no valor de R\$ 10.000,00 e mais as custas de preparo.

21. Operacionalização do Circuito Spcine de Salas de Cinema

- No final do exercício fiscal de 2.025 não conseguimos receber os recursos para a operacionalização do Circuito de Salas de Cinema de 2.025 no montante de R\$ 4.725.000,00, contudo, primando pela recomposição da saúde orçamentária a direção da empresa iniciou a negociação com a Secretaria Municipal de Educação do repasse integral desses recursos ainda para o 1º Semestre-26, iniciando também as tratativas de repasse dos recursos necessários para a operacionalização do exercício 2.026.



Notas explicativas às demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2025 - (Valores expressos em reais)

22. Eventos subsequentes

Recondução da empresa para sua independência

Vivemos um momento de dependência financeira do Tesouro Municipal, contudo, a administração não está deixando de medir esforços no sentido de no ano de 2.027 buscar a volta de sua independência, esses esforços incluem a abertura de serviços para outras Secretarias que não somente a SMC, o incremento de salas no circuito de salas de cinema, mudando significativamente o patamar de administração dos recursos para o novo estágio de operacionalização, um planejamento orçamentário estratégico, bem fundamentado e supervisionado que dê segurança para aportes robustos por parte da SMC e análise da possibilidade de alteração estatutária para permitir outras forma de capitação de recursos pela empresa. Arranjos Regionais e um Cash Rebates robustos e de fluxo contínuo também são essenciais para o alcance da sustentabilidade da Empresa.

anna.montini@spcine.com.br

D4Sign

Assinado

Anna Paula Montini
Diretora Presidente
C.P.F.: 283.583.208-41

wilsonsantos@cqeassessoria.com

D4Sign

Assinado

Wilson José dos Santos
WJ dos Santos Contabilidade
CNPJ: 26.270.429/0001-92
CRC-PJ 2SP039617/0-3

Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas - SPCINE 2025 Rev2 pdf

Código do documento ae8872df-9888-49a4-b5fb-5321d3630554



Assinaturas



ANNA PAULA MONTINI
anna.montini@spcine.com.br
Assinou



Wilson Jose Dos Santos
wilsonsantos@cgeassessoria.com.br
Assinou

Eventos do documento

26 Mar 2026, 11:40:29

Documento ae8872df-9888-49a4-b5fb-5321d3630554 **criado** por JURÍDICO SPCINE (85d40212-dff2-4424-9f02-b6044e3fed64). Email:juridico@spcine.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-26T11:40:29-03:00

26 Mar 2026, 11:45:41

Assinaturas **iniciadas** por JURÍDICO SPCINE (85d40212-dff2-4424-9f02-b6044e3fed64). Email: juridico@spcine.com.br. - DATE_ATOM: 2026-03-26T11:45:41-03:00

26 Mar 2026, 12:40:18

ANNA PAULA MONTINI **Assinou** (e10fc405-72eb-4891-aaec-306f3cb588a9) - Email: anna.montini@spcine.com.br - IP: 186.204.97.193 (bacc61c1.virtua.com.br porta: 16536) - Documento de identificação informado: 280.876.348-45 - DATE_ATOM: 2026-03-26T12:40:18-03:00

26 Mar 2026, 12:58:05

WILSON JOSE DOS SANTOS **Assinou** (e894ec1f-231d-44de-85a0-38267a2e64c2) - Email: wilsonsantos@cgeassessoria.com.br - IP: 189.121.72.3 (bd794803.virtua.com.br porta: 45354) - **Geolocalização:** -23.54409136351429 -46.53073164521389 - Documento de identificação informado: 126.905.888-62 - DATE_ATOM: 2026-03-26T12:58:05-03:00

Hash do documento original

(SHA256):56b37564210f1a0723b91bfff0d7833a88f28884647f6fc1692e3683fa42e411

(SHA512):d0b3b28185b2e82020e97eb5fc96242ef5a358b2922b2b33b20ca68a374ed7e06f70dd96f4f1e0a7caf104f14049dc8b69ab8453582476f40108f8a1f8c82822

Esse log pertence **única e exclusivamente** aos documentos de HASH acima



Esse documento está assinado e certificado pela D4Sign

Integridade certificada no padrão ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme **MP 2.200-2/2001** e **Lei 14.063/2020**.